



# EDUCAR PARA O AMOR TRANSFORMADOR

Fraternidade e Educação

*A Dimensão Social transformadora em reflexão  
sobre a Campanha da Fraternidade 2022*



### Dom Sílvio Guterres Dutra

*Bispo de Vacaria  
Referencial das Pastorais Sociais do Regional Sul 3*

Com grande satisfação saúdo a iniciativa das diversas pastorais sociais que integram a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Socio-Transformadora do Regional Sul 3 da CNBB, em relação ao projeto de aprofundamento do tema da Campanha da Fraternidade de 2022, “Fraternidade e Educação”, elaborando e socializando reflexões pertinentes, desde seus ambientes de atuação pastoral. Iniciativa louvável e oportuna, que dá mais concretude a uma temática tão abrangente e complexa como é a do mundo da educação.

Assim como recolhemos com gosto o ensinamento de um provérbio africano que afirma que “para educar uma criança faz-se necessário uma aldeia inteira”, podemos concluir igualmente que o projeto da Campanha da Fraternidade, que sempre aponta para uma realidade que clama por mais fraternidade, precisa ser necessariamente coletivo. É exatamente em espírito de mutirão que se conseguirá escutar mais amplamente a realidade da educação, que se poderá processar adequadamente o devido discernimento sobre ela e, conseqüentemente, chegar a incidências práticas que promovam uma verdadeira mudança da realidade atual na direção de um humanismo integral e solidário, como preconiza o objetivo geral da campanha deste ano.

Gratidão a todos os que se deram a este serviço de colaboração reflexiva e boa leitura aos que se apropriarem do conteúdo apresentado com desejo sincero de aprender.

FRATERNIDADE  
E EDUCAÇÃO

FALA COM SABEDORIA,  
ENSINA COM AMOR

(Cf. Pr 31,26)



## UM AMOR QUE EDUCA PORQUE TRANSFORMA

Pe. Edson Thomassim

*Equipe da Comissão Episcopal Pastoral  
para a Ação Social Transformadora do Regional Sul 3 da CNBB.*

**A Campanha da Fraternidade é sempre uma bela iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB a nos guiar no caminho da conversão pessoal, pastoral e comunitária. Todo ano ela propõe uma incidência social sobre uma realidade em clamor, através de um tema gerador para ver e escutar, um discernimento de valores e referenciais às inúmeras possibilidades de agir. Uma conversão que também passa pela consciência social e política dentro da realidade onde estamos envolvidos.**

Neste ano de 2022, o tema Fraternidade e Educação é uma rica possibilidade de crescimento sobre a importância do exercício do saber compartilhado em comum, de modo fraterno e solidário. Aguçando nossa sensibilidade para a Escuta ativa e atenta das realidades concretas da vida, com as pessoas e seus contextos. Também acolhendo os desafios que o Papa Francisco nos convida através do Pacto Global da Educação.

Nós, das Pastorais Sociais e organismos vinculados à Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora do Regional Sul 3 da CNBB, como agentes eclesiais junto às realidades concretas do mundo, chamados a contribuir com a edificação do Reino de Deus, como profetas da esperança, acolhemos a iniciativa da Campanha da Fraternidade dentro de nossos contextos missionários de atuação.

Por isso, para o ano de 2022, como seguidores de Jesus de Nazaré, repetimos o seu gesto e nos abaixamos até as realidades onde nossa missão

acontece para expressar os aspectos que nos aproximam a cada realidade. A Pastoral da Criança, a Pastoral do Menor, a Cáritas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Pastoral dos Surdos, a Pastoral da Sobriedade, a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Saúde, a Pastoral Operária, a Pastoral da Ecologia Integral e a Pastoral do Povo da Rua (da Arquidiocese de Porto Alegre) nos compartilham textos para, desde o chão onde pisam, problematizar o tema da Campanha da Fraternidade.

Este material é um trabalho em rede ofertando os saberes que já temos em curso e que ao mesmo tempo nos desafiam, como exercício de transversalidade. Assim, podemos perceber um mosaico de possibilidades do tema. Cada organismo pastoral é um pouco esta resposta educativa da Igreja que se coloca no espírito de escuta atenta às realidades. E cada agente de uma ação social transformadora é chamado a ensinar e aprender, a compartilhar o Amor que vem da Sabedoria. Esta sabedoria que é capaz de fazer a leitura concreta e profunda do mundo e que com humildade oferece um horizonte de justiça, solidariedade, fraternidade e de paz.

Os textos apresentados são complementares aos materiais de aprofundamento já disponibilizados pela própria Campanha da Fraternidade, com o compromisso de colaborar e ampliar a reflexão.



# PASTORAL DO MENOR E O ESPECTRO DA EDUCAÇÃO

Yan Cássio Koakoski <sup>1</sup>

**A Igreja, dentro da sua missão profética evangelizadora e social, nos provoca a sermos atuantes agentes pastorais no período hodierno. Nesta Campanha, Fraternidade e Educação – Fala com sabedoria, ensina com Amor (Pr 31,6) temos o chamado a sermos sal e luz no mundo nas transformações sociais, culturais e educacionais.**

A Pastoral do Menor tem, dentro da sua dinamicidade, a opção pelo pobre, pela criança, o adolescente, o educando, o usuário e os pequeninos. Nesse sentido reveste-se: *“desse caráter evangelizador, conclama com uma fidelidade com as classes populares para ser expressão da Igreja comprometida com a história do sofrimento. Na ação com o menor aparece implícito este chamamento de uma Igreja solidária com as aspirações e lutas da população sem direito a participação na história.* (1987, p. 166). A missão que a Igreja realiza no plano terreno é de auscultar as necessidades do fundamento do amor de Cristo frente às realidades da vida social. A Pastoral do Menor, na sua proposta formativa e evangelizadora, se insere no contexto de lutas e melhorias para a vida de tantas crianças e adolescentes que se circunscrevem nessa conjuntura pauperizada. Desse modo, *a Igreja tem uma estrutura social visível, sinal na unidade em Cristo, pode também ser enriquecida, e de fato o é, com a evolução da vida social”* (Gaudium et Spes).

A proposta da Campanha da Fraternidade deste ano, sobre a temática da Educação, nos convida a olharmos mais profundamente a evolução da vida social, ou melhor, utilizando-se das expressões da questão social. A educação é um desses elementos fulcrais, pois é de suma importância no desenvolvimento de toda história humana. Basta olharmos a Constituição Federal de 1988 e observamos no Artigo 6º que entre os direitos sociais está o direito à Educação. Todavia, uma lei sem sua efetividade no plano vivencial das pessoas é um

direito só escrito e não efetivado. Nessa missão, *“a opção preferencial que se faz pelo pobre na Pastoral do Menor é a elucidação da prática pastoral que se faz fiel à opção bíblica pelo fraco, pelo encurvado, pelo empobrecido”* (1987, p. 166).

Sem sombra de dúvidas, ao falarmos de educação e Pastoral do Menor temos que colocar no centro a proposta evangélica do acolhimento incondicional, na prática da pedagogia do amor. O próprio mestre Jesus nos ensina que é necessário cuidarmos integralmente dos que se encontram nas realidades marginais e pauperizadas. As crianças e adolescentes são peças chaves do presente em relação ao futuro próximo. Sabe-se que muitos desafios ocorreram nesse sentido, no âmbito educacional, com o avanço da pandemia e novas formas de educar que tiveram que ser aprofundadas e realizadas em tempo recorde.

Em suma: *“Educar não é apenas transmitir conceitos, mas um trabalho que exige que todos os responsáveis, família, escola e instituições sociais, culturais e religiosas, participem desse processo de forma solidária. Para educar é necessário **integrar a linguagem da cabeça com a linguagem do coração e a linguagem das mãos.** Que um educando pense o que sente e o que faz, sinta o que pensa e o que faz, e faça o que sente e o que pensa”*, ressaltou Papa Francisco em audiência.

<sup>1</sup> Agente da Pastoral do Menor em Caxias do Sul (RS) e Pastoral Educacional de Caxias do Sul, Conselheiro Municipal (COMDICA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Caxias do Sul), Coordenador Pedagógico (CEM- Centro Educativo Murialdo). Graduado e Mestre em Filosofia (UCS-Universidade de Caxias do Sul), graduando em Serviço Social pela mesma Universidade.

2. JUSTINA, Joacir Della. *A Pastoral do Menor no Brasil, Hoje*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

3. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997. Decreto Conciliar Gaudium et spes.

4. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

5. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-02/papa-educacao-pensar-geracoes-futuras-futuro-humanidade>



## “FALAR COM SABEDORIA, ENSINAR COM AMOR” (Pr 31,26): DESAFIO E MISSÃO DA CÁRITAS

Jacira Teresinha Dias Ruiz  
Secretária Regional da Cáritas RS



**Sendo que o tema da Campanha da Fraternidade 2022 trata da Educação, poderíamos equivocadamente pensar em um primeiro momento que este é um assunto exclusivo para quem está envolvido com escolas. Mas, como todas as demais temáticas das Campanhas anteriores, esse tema se dirige a toda sociedade e de modo especial aos espaços e às pessoas comprometidas com a missão eclesial.**

Assim, a Cáritas como organismo da CNBB, que tem como missão *testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda a forma de vida e participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus, junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade exclusão social*, sente-se contemplada e provocada a aprofundar esse tema, como oportunidade de refletir sobre sua prática pedagógica à luz do Evangelho, do Ensino Social da Igreja e de pedagogias que contribuem para a autonomia e a libertação das pessoas, de modo especial os referenciais Freirianos e outros que fundamentam a educação popular.

Há mais de 6 décadas fazendo uma caminhada que buscou e busca estar em movimento e à serviço das necessidades e realidades de cada tempo histórico e dos públicos preferências de sua ação, a Cáritas tem como compromisso manter um olhar atento para a realidade, analisar os fatos para

perceber os sinais de Deus na história presente e suas interpelações, escutar os clamores dos pobres, promover processos formativos e de análise crítica de sua atuação, entre outras orientações para ação conforme seus planejamentos estratégicos. Essas orientações possibilitaram e possibilitam confirmar ou corrigir sua prática pedagógica e referências metodológicas que orientam a ação de acompanhamento às comunidades e grupos.

Para a Cáritas, o trabalho em rede é um valor fundamental que orienta sua ação. A rede é composta pelas Cáritas Paroquiais, Arqu/Diocesanas, Regionais e as equipes Nacionais (de 200 países e territórios, incluindo a Caritas Brasileira), às quais são vinculadas à Cáritas Internacional. Uma das características comuns da Rede Cáritas *se expressa na solidariedade organizada, servindo, defendendo e acompanhando os empobrecidos, por meio da resposta às emergências humanitárias, da defesa da dignidade humana e da criação das condições necessárias para o desenvolvimento humano integral.*

Uma das bases de sua prática pedagógica é a educação popular que parte do princípio de que todo o ser humano traz si sementes a serem desabrochadas, o que se dá de forma dialógica à medida que compreende seu ser e estar no mundo. Neste sentido, o processo de acompanhamento de grupos, sejam eles de pastorais ou de iniciativas de

organizações para a conquista de direitos e dignidade, é um processo privilegiado de aprender e ensinar, caminhando ao mesmo tempo que constrói caminhos.

Todo o agente Cáritas é convidado a assumir uma postura aberta para perceber e valorizar o conhecimento acumulado das pessoas e dos coletivos; a ter a sensibilidade para aprender com os processos de acompanhamento dos grupos e públicos com os quais interage; a contribuir para a conscientização tendo em vista a transformação da realidade e do mundo; a comprometer-se com a participação nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas como lugar privilegiado de aprendizado e de exercício da cidadania; a promover a construção e socialização dos diferentes saberes, valorizando o saber popular em diálogo com o saber científico; a contribuir para a construção de uma sociedade com justiça social, democracia e dignidade humana para todas as pessoas; a buscar formação permanente que contribua para o enfrentamento dos desafios da realidade, entre outros aspectos que ajudam a **Falar com sabedoria, ensinar (e aprender) com amor.**

Outro valor e característica comum é o processo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização que envolve periodicamente todas as instâncias da Cáritas em um esforço de não improvisação e ao mesmo tempo de contemplar a superação dos desafios; a construção de possibilidades para pastoralidade transformadora, que busca a forma mais acertada de pôr em prática e atualizar sua missão nas diferentes conjunturas e contextos. A cultura da solidariedade transformadora também é um importante pilar da ação da Cáritas, através da qual busca a superação do individualismo e do assistencialismo, a promoção da partilha, a luta contra as desigualdades sociais, a consolidação de iniciativas que apontem para o cuidado da vida humana e da biodiversidade. No Rio Grande do Sul, atua em áreas temáticas como a Economia Popular Solidária, a Segurança Alimentar e Nutricional, a participação e controle social das Políticas Públicas, as ações socioambientais, os povos e comunidades tradicionais, entre outras. A interação com os temas e pessoas são processos que trazem em si um potencial de prática *aprendente e ensinante*.





## ESCOLA DE JOVENS RURAIS - UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA!

Maurício Queiroz

*Agrônomo e agente da Comissão Pastoral da Terra*



**Educação é sem dúvida a chave para a transformação de uma sociedade. Como dizia Paulo Freire, “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo”. Mas a educação por si só, resolve pouco se não utilizar um método que estimule crianças, jovens e adultos a ‘aprenderem a aprender’ e a desenvolver o senso crítico. Se nossas escolas, universidades, institutos e tantos outros projetos de educação não forem capazes de passar de uma educação que transfere conhecimentos para uma educação que produz conhecimentos, daí caminhamos devagar.**

Na diocese de Santa Cruz do Sul, este ano uma experiência irá completar 30 anos. É a Escola de Jovens Rurais – EJR, voltada para os jovens da roça, proporcionando uma proposta de educação popular inspirada em Paulo Freire.

Trata-se de um Projeto de Formação ligado a Ação Social Diocesana de Santa Cruz do Sul – ASDISC, coordenado por agentes da Pastoral da Terra. É destinada à juventude camponesa, não está ligada ao ensino formal. Organizada no ano de 1992, a partir do clamor vindo do povo camponês que na época estava preocupado com a situação de descaso para com os pequenos agricultores, em especial, a juventude da roça. Lideranças da Pastoral da Terra e de Movimentos Sociais organizaram a Escola de

Jovens Rurais, tendo como grande incentivador desde o início Dom Sinésio Bohn, hoje Bispo Emérito da Diocese.

Durante esse tempo de caminhada, a EJR preparou vários jovens que hoje são lideranças atuantes nas comunidades, pastorais, movimentos e em outros espaços da sociedade. É um espaço de formação que possibilita a construção coletiva de alternativas de resistência e produção agroecológica aos jovens da roça e suas famílias, norteadas pelos eixos Político, Agroecológico e Pastoral.

A prioridade da EJR tem sido a juventude rural, filhos e filhas de agricultores/as familiares, com faixa etária dos 15 aos 25 anos, procurando integrar todas as etnias em um espaço ecumênico.

Nestes 30 anos de caminhada, vários jovens já participaram da EJR e estão produzindo coletivamente alimentos ecológicos e se organizando para permanecerem na roça dignamente. Resultado disso também é: a organização de feiras livres de alimentos orgânicos, o trabalho de multiplicação e resgate de sementes crioulas visando a produção de alimentos e a autonomia das famílias, a construção de cisternas de placas para captação de água da chuva, as recuperações de fontes e nascentes, a organização e a participação na luta pelos direitos, o debate da agroecologia e dos direitos levado para as comunidades, entre outros resultados.



“A EJR é como um anjo que chega e assopra nos ouvidos dos jovens: – olha o caminho é por ali”, é a definição perfeita descrita por uma jovem. A EJR é como uma luz no fundo do túnel, dando aos jovens perspectivas de uma vida digna no campo.

**O Trem da EJR** – Costumamos também dizer que a formação é como uma viagem de trem, sempre tem lugar para quem quer entrar. Alguns embarcam antes (tem mais experiência) e outros vão embarcando no decorrer da viagem e acontece uma grande integração.

**Objetivo Geral** – Organizar os jovens nas comunidades, resgatando a identidade e despertando para a agricultura ecológica, associativa e de resistência. Pretende contribuir na construção da consciência crítica e na convivência comunitária buscando a permanência do jovem na roça com dignidade. Proporcionar uma formação integral (pessoal, social, metodológica, política, econômica, agroecológica, cultural, pastoral, gênero) aos jovens para serem protagonistas de sua história.

**A quem se destina?** Jovens rurais prioritariamente, mas também dando oportunidade a outros jovens que se interessam pela Agroecologia.

### Objetivos Específicos:

- Formar lideranças jovens visando a sua organização e busca de autonomia e renda digna para que possam permanecer na atividade agrícola com suas famílias;
- Motivar a juventude camponesa para que coloque em prática os conhecimentos construídos ao longo do projeto e possam aglutinar mais jovens e famílias;
- Formar lideranças jovens com condições de ler e entender a conjuntura atual para, a partir daí reagirem;
- Encorajar os/as jovens a desenvolverem seus projetos de agroecologia;

- Organizar grupos de produção baseados nos princípios ecológicos e na solidariedade;
- Apontar caminhos, “luzes” e saídas para esta juventude e suas famílias;
- Desenvolver experiências de Agroecologia;
- Aprender a aprender e interpretar a realidade.

### Metodologia

A metodologia pretende contemplar teoria e prática e estimular trocas de experiências entre os jovens participantes através de etapas de formação denominadas de “Tempo Integração”, onde são reunidos todos os jovens para a formação conjunta, e “Tempo Comunidade”, que são as etapas locais onde os jovens desenvolvem seus projetos de agroecologia e envolvem as famílias e a comunidade.

Cada jovem que participa se compromete a desenvolver um “tema de casa”, que na prática significa: procurar envolver sua família e comunidade apoiando a causa, cativar outros jovens para ampliar o grupo e colocar em prática seu projeto de agroecologia, no período de 2 anos de formação.

A coordenação e a assessoria técnica do projeto coordenam a formação e realizam acompanhamento técnico das experiências dos jovens. Da coordenação fazem parte, além do Técnico e da Agente de Pastoral, alguns jovens representantes de cada região e algumas lideranças apoiadoras.

A pandemia forçou-nos a uma mudança no método de formação, isto é, a necessidade de mesclarmos o trabalho EAD (Ensino a Distância) e presencial sempre que possível. A partir de 2021 a formação foi assim, por meio de videoconferência e presencial. O desafio proposto é realizar uma formação que esteja adaptada aos novos tempos sem excluir ninguém. Para isso, talvez iremos precisar pensar em como jovens que não tem acesso a internet podem conquistar este direito.



## A PASTORAL DA CRIANÇA NA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2022

Caren Fabiane Mielke Dilly

Equipe Diocesana da Pastoral da Criança  
Diocese de Novo Hamburgo

**A Quaresma é um tempo favorável para a conversão do coração.**

**Neste ano, a Campanha da Fraternidade tem como tema: “Fraternidade e Educação” e o lema “Fala com sabedoria, ensina com amor” (Pr 31,26).**

Em dois anos de pandemia do Covid-19, a educação como um todo e principalmente a educação infantil sofreram um grande impacto com as novas dificuldades trazidas pelas necessidades de nosso contexto atual, como o isolamento social, que prejudicou o desenvolvimento psicossocial das crianças.

A Pastoral da Criança é uma entidade social criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ligada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz.

Segundo o estatuto, nossa missão é promover o desenvolvimento integral das crianças, do ventre materno aos seis anos, à luz do evangelho, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, com uma opção preferencial pelos pobres, fundamentada na mística cristã que une fé e vida, contribuindo para que suas famílias e comunidades realizem sua própria transformação.

A inspiração bíblica da missão da Pastoral da Criança é também uma frase que a Dra. Zilda sempre repetia: “Eu vim para que todas as crianças tenham vida e vida em abundância”, (Jo 10, 10). A presença dos líderes na casa e na vida das famílias mais pobres



Na Pastoral da Criança estimulamos e acompanhamos as famílias na aprendizagem em casa, orientando sobre diferentes atividades educativas que ajudam a estimular as crianças, como pintar, desenhar, recortar e ouvir histórias. Além disso, também orientamos as famílias para que as crianças se desenvolvam integralmente, com saúde, nutrição e educação.

Juntos, os líderes e voluntários realizam muito mais do que as importantes ações básicas e complementares. São, na prática, o exercício diário da fraternidade, da amizade e do amor ao próximo. Na convivência com a comunidade, além da partilha de conhecimentos, há doação de tempo, de escuta e a compreensão dos saberes dos outros, das diferenças e particularidades de cada local. Por vezes, os líderes e voluntários da Pastoral da Criança são os únicos que entram em casas de difícil acesso e constroem com as famílias uma relação de confiança que é levada para a vida toda. Em outros casos, chamam atenção das autoridades sobre os direitos das crianças e gestantes daquela comunidade, ou para resolver uma situação de dificuldade.

“Vamos educar nossas crianças com amor, pois esse amor se converte em gestos de fraternidade para o Brasil e o mundo”, nos ensinou a Dra. Zilda Arns.



## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Roberto Antonio Liebgott  
Coordenador do CIMI Sul



**Para falar de educação é sempre importante lembrar que ela é um processo amplo, contínuo, que acontece ao longo da vida de cada pessoa e não se restringe às experiências de escolarização.**

A escola é uma instituição que adquiriu grande relevância na era moderna, nas sociedades ocidentais, e nelas se consagrou como espaço central de socialização da pessoa, bem como de aquisição de conhecimentos e de inserção da pessoa no mundo social.

A escola não apenas socializa conhecimentos, ela também produz experiências cotidianas num espaço particular, que vão integrando as crianças e jovens em uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, produzindo o lugar social que eles podem ocupar. Como esta instituição está inserida numa sociedade capitalista, ela reproduz e dá coesão a esse modelo, colaborando para desenvolver nos estudantes certas disposições, certos valores e certos anseios. Uma das premissas mais importantes deste modelo de escola é a individualização – cada estudante constrói, no espaço-tempo escolar, uma trajetória exclusiva e vai sendo avaliado com medidas de desempenho, provas que permitem sua aprovação ou reprovação e sua progressão nos níveis do ensino. O que isso nos ensina? Em especial, a experiência escolar nos ensina a sermos indivíduos voltados para nós mesmos, capazes de avaliar nosso desempenho em relação ao dos demais, aspecto que colabora para ajustar cada pessoa a um mundo individualizado e concorrencial.

Em diversos momentos coletivos de reflexão, os povos indígenas têm afirmado que assumir a

educação escolar é um grande desafio, e a razão principal não é o desconhecimento de procedimentos didáticos ou de conteúdos curriculares, mas o fato de serem lógicas distintas as que fundamentam a organização da escola e a vida em suas comunidades. É desafiador para eles colocar lado a lado suas próprias instituições educativas, que primam pela produção de uma pessoa para viver em comunidade, e a instituição escolar, que reproduz relações capitalistas e produz a individualização, a competição, a hierarquização, a seleção dos melhores.

Como, então, tornar esse modelo de escola compatível com os valores e práticas da vida em comunidade?

Florestan Fernandes (1989) e Bartomeu Melià (1979) afirmam que os povos indígenas possuem espaços e tempos educativos próprios, dos quais participa a pessoa, a família, a comunidade, sendo a educação assumida como responsabilidade coletiva. E ela acontece em processo: ao longo de sua vida uma pessoa está sempre aprendendo.

Os autores também afirmam que a educação indígena é viva e exemplar, e isso quer dizer que a pessoa aprende pela participação na vida, pela inserção no cotidiano, observando o exemplo de outros e agindo (fazendo junto).

O fundamento da educação indígena é a tradição e a memória coletiva, que é constantemente atualizada nas palavras dos mais velhos. Para aprender, as novas gerações são estimuladas a participar, inseridas em grupos e vão assumindo

responsabilidades, realizando trabalhos, participando de vários tipos de atividades.

Educação é, assim, vista de maneira abrangente e as concepções de educação são tão variáveis quanto são as culturas dos povos indígenas.

A escola é um dos espaços nos quais as crianças indígenas aprendem, mas é no cotidiano e na convivência dentro da comunidade que elas aprendem a ser “um bom guarani”, “um bom Kaingang”, “um bom Truká”, “um bom Xavante”, “um bom Mnya Guarani”, “um bom Xokleng”.

Quando a educação escolar é destinada aos indígenas, é necessário considerar que os modos de organização curricular e as práticas pedagógicas precisam ser construídas de diferentes maneiras, respondendo às necessidades e anseios de cada etnia e devem estar alicerçadas nas variáveis maneiras de pensar e de educar.

Uma escola que mantém práticas individualizantes, competitivas, desiguais, classificatórias, não serve a uma cultura que se produz a partir de outras formas de relação e de outros valores sociais, e por isso precisa ser reinventada.

As informações históricas e antropológicas sobre o processo educativo da maioria dos povos indígenas são escassas e fragmentadas, mas sabe-se que a oralidade é um de seus alicerces. E não podemos esquecer que a escrita é o código a partir do qual a escola institui verdades e conhecimentos. Se a tradição oral é o meio de produção e de transmissão dos saberes e das culturas indígenas – através das histórias, dos mitos, dos conselhos, das palavras de cura, das explicações sobre o mundo e sobre a origem das coisas – as escolas indígenas precisam, então, desenvolver estratégias pedagógicas que assegurem o lugar da oralidade, valorizando e fortalecendo essas práticas, em especial o uso das línguas indígenas que não necessitaram desenvolver escrita alfabética.

O que significa traduzir a oralidade em escrita? Será possível comunicar a riqueza e a pluralidade das formas de expressão orais sem reduzi-las e empobrecê-las? Foi em decorrência da tradução da oralidade para a escrita, e da tradução das lógicas indígenas para a lógica ocidental que as culturas indígenas (e africanas) passaram a ser vistas como pobres, menos complexas, pouco estruturadas e tantas outras afirmações que encontramos em documentos e textos acadêmicos. Mas é um equívoco pensar que algo não é complexo porque não se compreende tal complexidade.

As culturas indígenas são sábias, complexas, sustentam-se em bases sólidas, capazes de mantê-las vivas mesmo com séculos de colonização e possuem estruturas dinâmicas, por isso estão sempre se modificando.

Mesmo com todos os desafios colocados para os povos indígenas quando estes decidem instituir uma escola, esta instituição é considerada importante

quando está a serviço das lutas políticas e identitárias.

As palavras indígenas proferidas em encontros e reuniões que problematizam a experiência escolar, afirmam o quanto eles procuram delimitar o lugar político da escola. Há expressões usadas nas falas indígenas que mostram que a escola só tem sentido se estiver subordinada às lutas políticas pela garantia da terra e pela conquista plena de seus direitos.

Os povos indígenas qualificam a escola como “formadora de guerreiros”, “específica e diferenciada”, e delimitam sua função: “escola para aprender a ler um documento”, “a serviço da comunidade”, “uma escola indígena e não uma escola com peninhas”, “escola para formar nossos próprios advogados, médicos, enfermeiros, professores...”, “para não depender mais dos brancos”, “para não sermos mais explorados”, “escola inserida na luta pela terra”, “escola na retomada”, “escola para aprender a língua”.

Os processos coloniais que constituem nossa história são, no contexto atual, interessantes para pensarmos na inversão que os povos indígenas buscam realizar quando assumem a escola e seus processos como algo relevante. Se a instituição serviu, em grande medida, para “vestir o índio” com roupagens culturais impostas, na atualidade as lutas destes pelo direito a uma educação específica e diferenciada buscam “despir” a escola para torná-la adequada aos seus modos de educar e aos seus projetos de futuro.

No Brasil, as primeiras escolas para indígenas eram centradas na catequese e ignoraram as instituições educativas indígenas, por considerá-las primitivas, bárbaras e sem futuro.

Os modelos de educação escolar impostos aos povos indígenas visavam desarticular as comunidades e desagregar as formas tradicionais de reciprocidade e de fortalecimento das identidades indígenas.

A oferta de educação escolar aos povos indígenas nas primeiras décadas do século vinte estava em sintonia com um projeto de integração gradativa destas populações e dissolução das diferenças culturais. Se tomarmos o que dizia o Código Civil de 1916, veremos que naquele texto legal os índios eram vistos como “relativamente incapazes, sujeitos ao regime tutelar enquanto não forem adaptados à civilização do país”.

As Constituições Federais de 1934, 1946 e 1967 previam a “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” e a Lei 6001 de 1973 – Estatuto do Índio – afirmava a necessidade de “integrá-los progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional”, estendendo a eles o sistema de ensino e a criação de escolas orientadas para este fim. Já a Constituição Federal de 1988 alterou essa perspectiva de relacionamento do estado com os povos indígenas, admitindo que a educação é um processo que ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e instituições próprias em cada cultura.

Esta Constituição reconheceu aos índios, no Artigo 231, “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” e no Artigo 210, § 2º “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Mas o que significa o reconhecimento do direito de utilização dos processos próprios de aprendizagem dos povos indígenas? Significa, para dizer o mínimo, que a escola terá que ser recriada em cada localidade, para levar em conta as maneiras próprias de educar, de socializar, de produzir uma pessoa capaz de viver naquela sociedade particular. A escola precisa, então, ser incorporada e transformada pelas pedagogias indígenas.

No Brasil vivem 304 povos indígenas, falantes de 210 línguas, portanto não é possível pensar em uma

“escola indígena” no singular – única, genérica, com um currículo aplicável em qualquer contexto. As maneiras de educar são distintas, como são também as culturas indígenas e é para essa diferença que a instituição escolar precisa se abrir.

Em décadas recentes foram surgindo diferentes experiências de organização da educação escolar indígena em várias regiões do Brasil, respeitando as culturas e projetos de vida indígenas. No entanto, muitas dessas experiências são fragmentadas e descontínuas, sendo a oferta oficial de educação escolar indígena, em estados e municípios, ainda marcada pela escassez de recursos, imposição de programas, desrespeito às decisões indígenas, falta de professores e de investimentos na qualificação dos profissionais indígenas.



### UM QUADRO DE NEGLIGÊNCIA E DE DESRESPEITO AOS DIREITOS INDÍGENAS

A negligência do governo tem muitas consequências: as escolas não dispõem de estrutura adequada para assegurar uma educação escolar de qualidade; não são assegurados processos de formação para os docentes indígenas nas escolas existentes; observa-se ainda o desrespeito às normativas que regulamentam a oferta de educação escolar aos povos indígenas.

A inadequação das estruturas se comprova, por exemplo, nas frequentes denúncias feitas por lideranças indígenas, relativas à precariedade das edificações escolares, sendo que, em algumas não ocorrem reformas há anos e existe risco de desmoronamento. Em outras, as condições são insalubres, não há água encanada, energia elétrica, rede de esgoto, instalações sanitárias adequadas ou o número de salas de aula é insuficiente para abrigar os alunos matriculados. Faltam professores em muitas

escolas indígenas e há situações em que, ao invés de se realizarem concursos públicos, os professores são mantidos sob o regime de contrato temporário, o que tem implicações concretas sobre sua carreira no magistério e seus vencimentos.

Conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 13, editado no ano de 2012, os estados devem estruturar, nas Secretarias de Educação, instâncias administrativas de Educação Escolar Indígena com a participação de indígenas e de profissionais especializados, destinando-lhes recursos financeiros específicos. A falta de estruturas adequadas e de profissionais qualificados para atuarem com a educação escolar indígena tem levado ao desrespeito, demonstrado por alguns estados e municípios, a premissas já consolidadas legalmente. Algumas secretarias de educação insistem em negar aos índios o direito de terem escolas indígenas

autônomas e específicas, com projetos pedagógicos próprios, com grades curriculares e calendários organizados a partir das culturas de cada povo.

Em manifestações coletivas, os povos indígenas têm denunciado a falta de abertura para a participação na elaboração e execução da política voltada à escola indígena, como também o desrespeito à premissa da consulta às comunidades para a implementação de ações, projetos e políticas que lhes dizem respeito.

Pode-se argumentar, assim, que embora haja uma retórica favorável aos povos indígenas, e um conjunto de normativas que respaldam um adequado tratamento, na prática eles continuam sendo desprezados, discriminados e desrespeitados de maneira intensa e contínua.

As dificuldades apontadas pelos indígenas para a participação efetiva nas ações e políticas que lhes dizem respeito mostram também que, para muitos

estados e municípios, a oferta de educação escolar indígena específica e diferenciada é vista como uma regalia, uma concessão e não como um direito dos povos indígenas. E, no entanto, a luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de suas formas próprias de educar interessa a todos nós, Brasileiros, pois colabora para afirmar que somos uma sociedade multiétnica, multicultural e multilinguística.

Durante cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só do nosso passado. A nossa história comum foi um rosário de iniquidades cometidas contra elas. Resta esperar que as relações que com elas se estabeleçam a partir de agora sejam mais justas: e talvez o sexto centenário do descobrimento da América tenha algo a celebrar (CUNHA, 1992, p. 30).



BERGAMASCHI, Maria Aparecida e SILVA, Rosa Helena Dias da. *Da escola para índios às escolas indígenas*. *Presente! Revista de Educação*, Ano XVI - Nº 63.

BRASIL, Ministério da Educação. *Referenciais para a formação de professores indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 2002.

CUNHA, Maria Manuela (Org.). *A história dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MELIÀ, Bartomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.



## “FALA COM SABEDORIA, ENSINA COM AMOR” (Pr 31,26)

Rinaldo Alberton

Coordenador Regional da Pastoral da Sobriedade



**A Pastoral da Sobriedade é uma Pastoral Social e Missionária que acolhe pessoas em seus Grupos de Autoajuda (GAA), visando a prevenção e a recuperação, não só da dependência do álcool e demais drogas, mas também, de outras dependências, oriundas do egoísmo, da ganância e do desamor, como o são os vícios e os pecados. Por isso, “Sejam sóbrios e fiquem de prontidão. (1Pd 5,8).**

A Pastoral da Sobriedade segue um programa fundamentado na Palavra de Deus e na pedagogia de Jesus Cristo Libertador, vivenciando os 12 Passos do Programa de Vida Nova da Pastoral da Sobriedade.

Assim, esse Programa de Vida Nova aplica-se, livremente, não só às pessoas dependentes, codependentes e familiares, mas a todos, começando por nós mesmos, na busca da sobriedade cristã, pessoal, familiar e comunitária, alcançando aos poucos a conversão para uma vida melhor.

Muitas são as dependências. Algumas são graves, apesar de lícitas, como o álcool e o tabaco. Outras são gravíssimas, como o são as drogas ilícitas. Todavia, todas elas são prejudiciais à saúde da pessoa e da família.

A Campanha da Fraternidade 2022 tem como lema: “Fala com Sabedoria, Ensina com Amor” (Pr 31,26). Esse provérbio refere-se à experiência de uma perfeita dona de casa do Povo de Deus que “*abre a boca com sabedoria, e sua língua ensina com bondade*”. Sabedoria e Bondade são atributos de Deus que, por graça divina, são concedidos a todos os que acolhem

o Espírito Santo, fazendo o bem a si e aos outros e denunciando, com a coragem necessária, os malefícios das drogas lícitas e ilícitas.

Falar com sabedoria e ensinar com amor é promover a vida pessoal, familiar, comunitária e ambiental. Falar com Sabedoria, ensinar com amor é atuar, primordialmente, na prevenção de todo o mal, favorecendo a vida. A contrário, quem não faz o bem ao próximo ou à Comunidade de Fé, não fala com Sabedoria e nem ensina com Amor, favorecendo o vício e o pecado.

O Espírito Santo sempre se fez presente na Igreja, iluminando e fortalecendo a todos os Ministros ordenados, instituídos e lideranças leigas para que mantenham a fidelidade ao Evangelho e a coerência pastoral na missão para a qual foram chamados, “com corresponsabilidades diferenciadas e responsabilidades apostólicas compartilhadas” (Doc.100,194–CNBB), diante das fragilidades humanas, individuais e paroquiais, possibilitando a conversão Pastoral da Paróquia.

Em muitas Paróquias não se fala com Sabedoria e nem se ensina com Amor quando mantém institucionalizado o comércio e consumo da bebida alcoólica nas festas de Igreja, afastando o Espírito Santo e não acolhendo a mensagem evangélica: “Cuidado com a embriaguez” (Lc 21,34) e “Não vos embriagueis, mas enchei-vos do Espírito Santo”(Ef 5,18). Não acolher o Espírito Santo é dizer não à prevenção das drogas lícitas e ilícitas. É falar com ignorância, é ensinar com desamor.

O Papa São João Paulo II se manifesta com Sabedoria e ensina com Amor quando diz: *“A droga é um mal e ao mal não se dá trégua”*(1984). *“A droga e o alcoolismo são contra a vida”* (Papa João Paulo II,1991).

Os Bispos, em Aparecida, no ano de 2007, iluminados pelo Espírito Santo, se manifestaram com Sabedoria e ensinaram com Amor, dizendo: *“A Igreja não pode permanecer indiferente diante do flagelo das drogas...”*(Doc. Ap.,422).

O Episcopado Brasileiro, por força do Espírito Santo, fala com Sabedoria e ensina com Amor quando se manifesta: *“evitem a comercialização e o consumo de álcool nos espaços da Comunidade”... é contradição grave*. *“É urgente a conversão das Comunidades paroquiais para evitar o contratestemunho de promover o consumo de álcool em quermesses...”* (Doc. 100, 286, CNBB). *“É preciso apoiar a Pastoral da Sobriedade com ações para prevenir o uso e a dependência das drogas, inclusive as lícitas, e para recuperar as vítimas”* (DGAE, doc. 102,113, CNBB). *“É urgente que em cada paróquia se promova a criação da Pastoral da Sobriedade, no espírito do documento 102 da CNBB. É a paróquia que vem ao encontro das famílias para sanar e superar as chagas abertas pela bebida ou drogas”* (Dir.Past.Dioc.NH, p. 21 – 2016).

Por força do Espírito Santo o pároco compreende que a sustentação financeira da paróquia deve ser realizada pela contribuição gratuita do dízimo de todos os paroquianos e não pelo lucro da bebida alcoólica que favorece a dependência.

As lideranças pastorais e paroquiais falam com Sabedoria e ensinam com Amor quando acolhem as pessoas, preferencialmente os pobres e excluídos, em sua ação pastoral e são dizimistas conscientes, dando testemunho de vivência cristã e de pertencimento paroquial.

Os paroquianos falam com Sabedoria e ensinam com Amor quando, por suas condutas, participam da Celebração Eucarística, da sustentação paroquial com dízimo consciente, das festas e promoções paroquiais, comprando cartões, não só para si, mas também, para o outro, não permitindo excluir da festa o pobre e o necessitado.

Falam com Sabedoria e ensinam com Amor todos, quando participam da prevenção às dependências, fazendo-se presentes nas festas sem o consumo de bebida alcoólica, promovendo a vida e dando testemunho de vivência cristã, especialmente, os pais que dão o exemplo aos seus filhos de poderem fazer festa sem bebida alcoólica.

A pandemia atingiu em cheio a Pastoral da Sobriedade, especialmente as reuniões dos Grupos de Autoajuda (GAA). Por dois anos, foi-nos sonogada a reunião presencial, a acolhida pessoal, o abraço físico e a partilha de sentimentos, fraquezas e dependências.

Todavia, essa pandemia também nos ensinou que o ser humano é limitado e frágil. E a superação das fragilidades humanas se concretiza no “Falar com Sabedoria” a verdade em prol da vida e no

“Ensinar com Amor” em prol do bem comum pela compaixão e solidariedade com os que sofrem, pobres e excluídos.

Na pandemia da Covid 19, os especialistas falaram com Sabedoria, escutando a ciência, e ensinaram com Amor ao promoverem a vida, estabelecendo normas preventivas à doença no combate ao coronavírus, como uso de máscara, higiene das mãos e distanciamento social. Mesmo assim, mais de 600 mil pessoas morreram, muitas das quais, por falta de Sabedoria, não acolheram medidas preventivas e por falta de Amor para com o próximo, submetendo-o à contaminação e à fome.

Na pandemia da drogadição, o “vírus” das drogas também mata. Os especialistas falam com Sabedoria e ensinam com Amor, quando dizem que a dependência do álcool e demais drogas é uma doença e estabelecem medidas preventivas contra o “vírus” do álcool e demais drogas por uma única medida: a abstinência às drogas lícitas e ilícitas, preservando sadia a vida pessoal, familiar.



Em nossas Dioceses, Paróquias e Comunidades é imperativo que se fale com Sabedoria e se ensine com Amor, pois, *“A Missão da Igreja é de todos os seus membros, com corresponsabilidades diferenciadas e responsabilidades apostólicas compartilhadas”* (Doc.100,194–CNBB).

Aos Bispos, Párocos e lideranças leigas cabe falar com Sabedoria, escutando a Palavra de Deus e ouvindo os especialistas, para que tomem a principal atitude preventiva contra a dependência alcoólica nas festas, de nossas Comunidades: **“a exclusão do comércio e consumo da bebida alcoólica nos espaços da Comunidade”** (Doc. 100, 286, CNBB), sob pena de promover um desserviço à Evangelização, manter a incoerência pastoral e favorecer ao vício e à dependência alcoólica.

A Pastoral da Sobriedade, escutando a Palavra de Deus e ouvindo a ciência, fala com Sabedoria quanto à prevenção das dependências e atua com Amor quanto à Recuperação das pessoas dependentes das drogas lícitas e ilícitas, vícios e pecados pela acolhida, pela vivência da Palavra, pela partilha de sentimentos e orações.

**SOBRIEDADE E PAZ, SÓ POR HOJE,  
GRAÇAS A DEUS!**



# EDUCAR PARA NÃO ENCARCERAR!

Pe. Eduardo Luis Haas

Membro da coordenação da Pastoral Carcerária no RS



**O fracasso de um processo educativo é potencial gerador de encarceramento. Um adolescente que evade da escola está muito mais suscetível a ser alvo das garras do perverso sistema que produz centenas de milhares de pessoas privadas de liberdade no Brasil. Neste espaço, vamos apontar alguns elementos para pensarmos a relação entre Educação (ou sua ausência) e realidade carcerária, num exercício de nos apropriarmos da temática da Campanha de Fraternidade de 2022: Fraternidade e Educação.**

No diálogo de Jesus com os acusadores da mulher adúltera (Jo 8,1-11), o objetivo do Mestre não é encontrar culpados da situação, mas resgatar a vida daquela pessoa em situação de pecado e, sobretudo, fazer que seus acusadores renunciem ao falso status de perfeição moral. Nós somos convidados a pensar a realidade carcerária abdicando do lugar de juízes ou de “cidadãos de bem”, e nos colocar como irmãos e irmãs daquelas pessoas, em grande parte jovens, que estão privados de sua liberdade.

No caso narrado no Evangelho acima mencionado, Jesus primeiro ouviu as pessoas e refletiu – enquanto escrevia no chão – antes de falar, antes de emitir qualquer juízo. Vamos ouvir algo da realidade de nossos irmãos e irmãs privados de liberdade? Olhando a realidade educacional das pessoas encarceradas, nos deparamos com números alarmantes. Um enorme percentual, algo próximo de 80%, dos homens privados de liberdade no RS, não ingressou no Ensino Médio. Só esse dado basta para vermos que há uma relação entre baixa escolaridade e encarceramento. O custo – sim, vamos pensar em custos financeiros – de um aluno na escola é muito menor do que o custo de um jovem na prisão. E nós preferimos prender, renunciando a investir com mais decisão na educação, sobretudo nas realidades de

crianças e jovens em contexto de vulnerabilidade social.

Depois que estão na prisão, temos outro grave problema: a ausência de estrutura de ensino dentro dos cárceres, salvo raras exceções. As leis preveem que a pessoa que recebeu uma condenação – e muitas pessoas que estão presas não foram julgadas ainda – possa ser privada de sua liberdade. Contudo, não poderia ser privada do acesso à saúde, à educação, à salvaguarda da sua dignidade. Os que estão presos são condenados ao ócio, a passar dias, meses e anos sem ocupação. É uma pena duríssima, que os torna doentes pelo terrível contexto de privação. Por que não pensar em suprir o vazio educacional da infância e da juventude neste tempo de privação da liberdade? Claro que não há interesse, pois a prisão é pensada para condenar à morte social as pessoas, ela não é pensada para recuperar ninguém.

Jesus olha para a mulher acusada de adultério e pergunta: “Onde estão eles? Ninguém te condenou?” Ao que ela responde: “Ninguém, Senhor!”. E completa: “Eu também não te condeno. Vai, e de hoje em diante, não peques mais”. Jesus sabia que a condenação à morte impediria aquela mulher de retomar o seu caminho. Ele opta por não condená-la, mas valoriza sua responsabilidade: vai, e não peques mais. A prisão é uma marca tão desumanizadora que, na maioria dos casos, impede as pessoas que por ela passaram de “prosseguirem o seu caminho”. Elas ficam estigmatizadas por essa dura realidade que despersonaliza, adocece, fere a dignidade. A educação, se for um processo feito com “sabedoria e amor”, como quer a Campanha da Fraternidade, é uma grande possibilidade de mudança de rumo para a sociedade brasileira, prevenindo que tantas pessoas sejam marcadas pela dor da prisão.



# PASTORAL DA SAÚDE, INSPIRADA NA CF 2022

Ir. Elise Sehnem

Coordenadora da Pastoral da Saúde Regional Sul 3 da CNBB

**A Pastoral da Saúde se inspira na Campanha da Fraternidade, que neste ano tem como tema Fraternidade e Educação, e o lema “Fala com sabedoria, ensina com amor” (cf. Pr 31,26). Propõe: “Educar para escuta e o diálogo. Uma escuta integral, com o ouvido e com o coração” (29). Para escutar o momento presente é ver a experiência, nestes dois últimos anos, da pandemia da Covid 19. Quais são as aprendizagens desse tempo tão exigente? A Presidência da CNBB nos recorda que educar não é um ato isolado. É encontro no qual todos são educadores e educandos. É tarefa da própria pessoa, da família, da escola, da Igreja e de toda a sociedade. A verdadeira educação usa uma pedagogia que leva à transformação, cultiva uma espiritualidade solidária, consequentemente conduz para uma vida saudável, grande meta da Pastoral da Saúde.**

O objetivo geral da Campanha da Fraternidade 2022: “Promover diálogos a partir da realidade, à luz da fé cristã, propondo caminhos em favor do humanismo integral e solidário”. Eis um programa de formação, de orientação para processos de aprendizagem e de convivência pacífica, alinhado com o Evangelho de Jesus. Acontece que na enfermidade, normalmente, o diálogo se torna mais difícil, mas é fundamental. Se não houver diálogo, o sujeito se fecha em si mesmo. Aí surge o desafio para a Pastoral da Saúde propor a conversação com a pessoa, entre os membros da família, abrindo para o espaço maior que é o bem viver na Comunidade.

Este objetivo da CF 22, fecha com o conceito da OMS: “Saúde é o completo bem-estar físico, mental, social e espiritual e não apenas ausência de doença”. Saúde também é qualidade e estilo saudável de vida e esta interessa a todos, independente de crença, sexo, idade, raça e classe social. Este processo

harmonioso e integral capacita o ser humano a cumprir a missão que Deus lhe designou, de acordo com a etapa e a condição de vida em que se encontre. Esta é uma aprendizagem contínua para cuidar da vida de forma integral que leva à transformação.

### • **Completo bem-estar físico:**

- Cuidar de uma alimentação e hábitos saudáveis
- Ter uma vida regrada, sem excessos de qualquer ordem
- Visitar regularmente o médico, o oftalmologista...
- Assumir atividade física regular, exercícios de respiração, de relaxamento...

### • **Completo bem-estar psico/mental:**

- Buscar companhias e ambientes alegres e leves
- Ser protagonista de sua própria vida, aprendendo e ensinando
- Alimentar a psique com mensagens positivas, leituras, ampliar seus conhecimentos
- Controlar seu emocional, cuidando das relações interpessoais
- Cultivar um cuidado amoroso, ser uma pessoa do bem, encantar-se e proteger a natureza

### • **Completo bem-estar social:**

- Promover a transformação, participando de projetos sociais, de solidariedade,
- Cultivar a escuta integral, promover o diálogo, manter a mente aberta a mudanças
- Saber perdoar e pedir perdão
- Lutar por políticas públicas e posturas sociais de valor

### • **Completo bem-estar espiritual:**

- Cultivar uma espiritualidade sólida, ser discípulo da Palavra
- Comprometer-se com valores que dignificam a vida humana
- Participar de projetos e iniciativas beneficentes
- Praticar e cultivar a resiliência
- Ser protagonista do bem e da cultura do encontro

Cultivando estas atitudes, passamos a viver conforme o nº 52 do Texto-base da CF/22: “A cultura do encontro nos motiva a romper as fronteiras do preconceito, do ódio e da indiferença, indo ao encontro do outro e de suas realidades. É próprio de quem é educador o cultivo do espírito de construção de uma nova realidade que promova a cultura do encontro”. Eis o convite que o Papa Francisco faz: “À luz da Palavra de Deus, a Campanha da Fraternidade/22 quer nos ajudar a compreender duas lições sobre o ato de educar: a primeira diz respeito ao valor da pessoa e a segunda se refere ao ato de correção, que é conduzir ao caminho reto”.

Na doença, a Pastoral da Saúde visa ajudar a pessoa na sua autoeducação, promovendo ações em prol de uma vida saudável em todas as suas dimensões, alimentando a esperança. Nas visitas a pessoas enfermas, importa incentivar a percepção dos seus momentos felizes, das oportunidades de realizações exitosas, tudo isto favorece reviver estes momentos felizes e a cultivar atitudes de gratidão. Do contrário, a pessoa facilmente descamba para o desânimo, tristeza e até depressão.

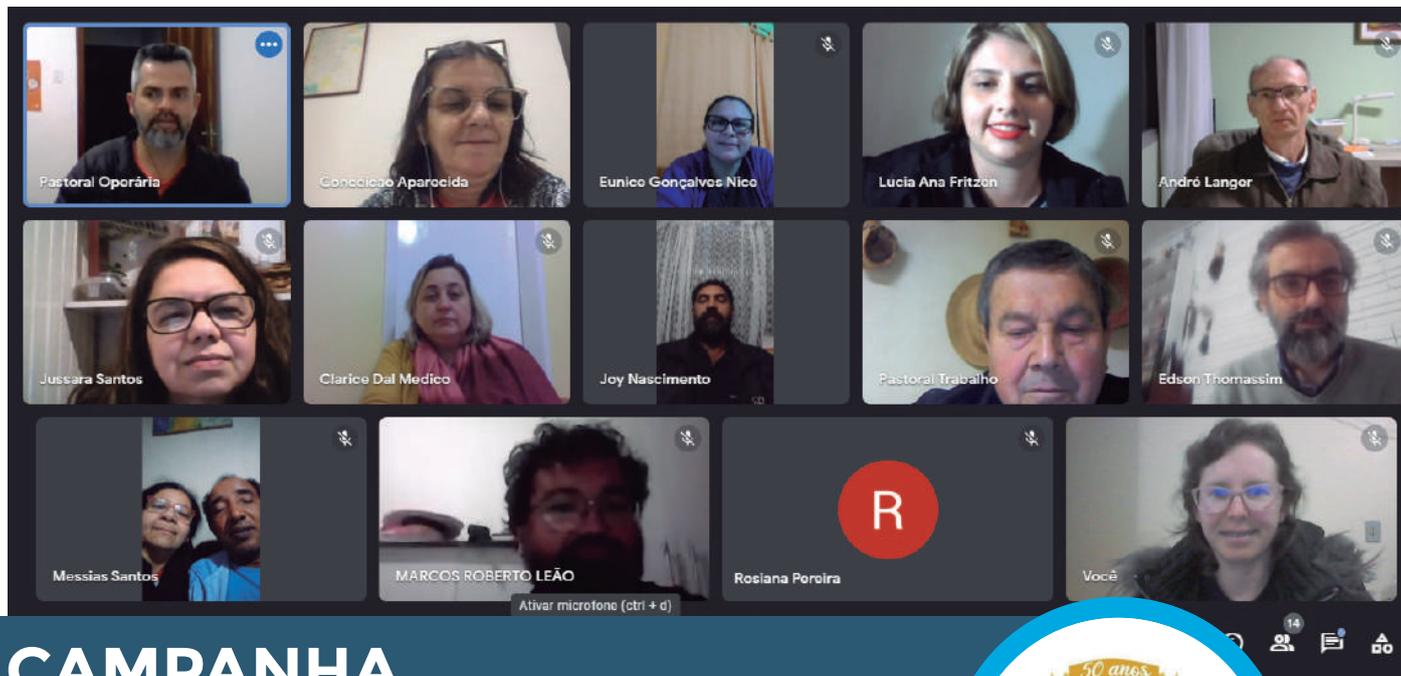


A pedagogia de Jesus é profundamente dialógica, pois Ele não aceita de antemão a lei imposta, conforme narra o texto da mulher adúltera. Desta forma, a Palavra de Deus passa a ser Luz para nossos caminhos, nos alimenta a esperança em meio a tantos desafios e sofrimentos que a vida nos apresenta, levando a relações misericordiosas. Assim sendo, o Agente da Pastoral da Saúde leva a potencializar a vida a partir de valores e, conseqüentemente, passa a **falar com sabedoria e ensinar com amor**, segundo o lema da CF 22.

É próprio de quem é educador o cultivo do espírito de construção de uma nova realidade que promova a cultura do encontro. Eis o convite que o Papa Francisco nos faz: “Trabalhar pela cultura do encontro de modo simples, como fez Jesus: não só vendo, mas olhando, não apenas ouvindo, mas escutando, não só cruzando-se com as pessoas, mas detendo-se com elas, não só dizendo “que pena, pobrezinho!”; mas deixando-se arrebatado pela compaixão; e depois aproximar-se, tocar e dizer: “não chores” e dar pelo menos uma gota de vida”. (52) Assim agindo, o Agente da Pastoral da Saúde, promove a dignidade humana, o conforto na aflição, a experiência do transcendente, a cultura do encontro e o cuidado com a casa comum.

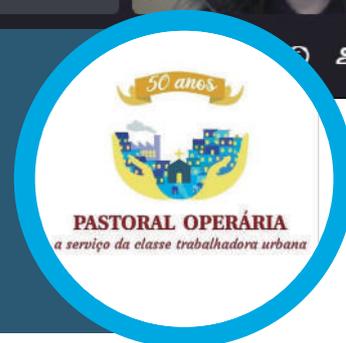
Concluindo, podemos dizer que a CF 22 traz muitas luzes para a Pastoral da Saúde, porque uma das atitudes básicas é a escuta ativa. No Texto-Base lemos: “O exercício da escuta conduz à necessária tomada de posição da parte de quem escutou. Entre escuta e a ação, urge a prática do discernimento e este se pratica à luz da Palavra de Deus, para julgar evangelicamente os desafios do tempo presente e apontar propostas que inspiram nosso agir” (217). Logo, precisamos ser discípulos da Palavra, escutar com o ouvido e o coração, discernir com critérios evangélicos e agir com sabedoria, porque Jesus é o Mestre e Educador. Ele nos educa.

“Vai, e de agora em diante, não peques mais” (Jo 8,11). “Foram essas as palavras de Jesus dirigidas à mulher surpreendida em flagrante adultério. Ela não foi apedrejada, mesmo tendo pecado. O Divino Mestre educou todos os que estavam envolvidos naquela cena e ainda hoje nos envia sua Palavra a fim de que, educados por ela, livres do pecado, sejamos capazes de falar com sabedoria e ensinar com amor” (218).



# CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2022 E A EDUCAÇÃO

Alessandra Lazzari e Clarice Dal Medico  
Pastoral Operária do RS



**“Fala com sabedoria, ensina com amor” CF 2022**

**“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Paulo Freire**

A Igreja do Brasil debruça-se sobre um tema de extrema relevância. Convoca-nos a refletir, rezar, meditar, dialogar e agir em defesa da Educação para todos. A Campanha da Fraternidade 2022 (CF) nos convoca a conversão para um novo caminho em que se encontra a formação integral da pessoa humana e uma profunda humanização para que ninguém seja deixado de fora, excluído do processo do aprender, do formar-se, de ter acesso ao ensino formal escolar. Vale aqui ressaltar que é a terceira vez que a CF trata do tema, evidenciando tamanha é a relevância da Educação. Ensinar e falar com amor e sabedoria é o centro nesse tempo quaresmal e do ano que está começando.

A formação escolar é de responsabilidade do Estado, um direito inalienável previsto na Constituição Federal no seu artigo 205 que afirma que A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Diante desse direito sentimos na carne o quanto o estado brasileiro peca ao deixar milhares de crianças e jovens sem acesso a uma educação para todos, integral, de qualidade e acolhedora. No Rio Grande de Sul o abandono escolar e a falta de

investimento na política educacional que garantam o direito constitucional são assustadores. São milhares de jovens que não concluem o Ensino Médio anualmente, número que só aumentou com a pandemia.

A resposta dos governos, federal e estadual, à juventude e à sociedade é o fechamento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o “Novo Ensino Médio”, que de novo não tem nada, pois é uma proposta construída sem a participação dos estudantes, dos pais, dos profissionais e da comunidade. Além disso, retira carga horária e a obrigatoriedade de muitas disciplinas fundamentais em todos os anos do Ensino Médio para a formação humana, como Arte, Educação Física, Sociologia, Filosofia, História, Geografia, Biologia, Física e Química, e propõe uma formação para o trabalho sem uma relação fundamentada na realidade e com o desenvolvimento do país.

Soma-se aos problemas educacionais a precária estrutura física e pedagógica das escolas, a falta de formação de qualidade para os servidores em geral; os salários que não são suficientes para dar conta do mínimo necessário para a sobrevivência; as jornadas de trabalho exaustivas, que se duplicaram ou triplicaram com a pandemia; a campanha exacerbada que deprecia e desvaloriza os profissionais que trabalham na escola – professoras (es) especialistas e funcionárias (os) dos diversos setores – feita por diversas autoridades públicas; o descaso generalizado da política pública implementada pelos governos de linha neoliberais que entendem a educação como gasto e não como investimento.

Entre as principais consequências da forma de tratar a educação como mercadoria, está a privatização do serviço – quem tem dinheiro para pagar terá acesso ao estudo; a piora das condições de trabalho – os contratos de trabalho e a terceirização na maioria das situações apresentam salários baixos, com poucos ou nenhum direito trabalhista; e o aumento do adoecimento dos profissionais, levando-os ao afastamento do trabalho, com destaque para as doenças mentais, como a depressão.

Essa dura realidade da escola pública e das (os) trabalhadoras (es) da educação no RS está interligada com as ações da educação em nível nacional. Vivenciamos no nosso país um momento histórico de desprezo e de deboche ao conhecimento. Desqualificar o saber e a ciência virou “moda” e o povo, na maioria vezes, recebe tanta informação, que se vê perdido com essa proposta de embrutecer e não buscar o saber, sem tempo para checar a veracidade das coisas, refletir e buscar sua autonomia através do estudo.

Diante desse contexto, a CF traz o tema da educação, tão caro para todas (os) para a reflexão e convida à ação. A educação pública é um direito de

todas (os) e a escola deve ser um dos espaços de desenvolvimento e de formação integral das crianças, adolescentes, jovens e adultos. A escola pública também é espaço que nos constituímos enquanto sujeitos livres, históricos e construtores de nossa própria história. Portanto, lutar em defesa da Escola pública, defendê-la e exigir do governo políticas eficazes é missão de todos nós.

O Papa Francisco nos impulsiona ao amor, ao acolher e ao saber. Por isso, o convite é para participar e agir coletivamente, em grupos e em movimentos na nossa comunidade. Que sejamos fontes de luta e de defesa do conhecimento, da escola pública, do trabalho fonte de dignidade, do acolhimento, da valorização de todas as famílias que colocam as (os) filhas (os) nas escolas públicas e nelas colocam seus sonhos e expectativas. Desse modo, sejamos impulsionadores da valorização das (os) profissionais que nela trabalham e lutadores da educação para todas (os), que garanta a formação para vida fraterna e cidadã, inspirados no patrono da educação Paulo Freire. Caminhemos juntas (os), trabalhadoras (es), iluminadas (os) pela Palavra, tendo Cristo como referência, vivendo profundamente o amor ao próximo.



## “FALA COM SABEDORIA, ENSINA COM AMOR” (Pr 31,26)

Frei José Deon

Franciscano Capuchinho. Pastoral da Ecologia Integral do Regional Sul 3



**A Campanha da Fraternidade 2022 é um momento especial de estudo, reflexão e oração. “A realidade da educação nos interpela e exige profunda conversão de todos. Verdadeira mudança de mentalidade, reorientação da vida, revisão das atitudes e busca de um caminho que promova o desenvolvimento pessoal integral, a formação para a vida fraterna e para a cidadania.” (TB, nº 5). Eu vim para que todos tenham vida nos faz pensar no bem viver dos povos.**

O pacote do veneno, PL 6299, 2002, de autoria do senador Blairo Maggi, ex-ministro da agricultura, magnata do agronegócio, nos interpela. A aprovação na Câmara dos Deputados na prática vem referendar a escalada de aprovação de venenos do atual governo, mesmo que represente riscos à saúde humana e danos ao ambiente. Nosso povo está doente. Tem veneno demais na água, no alimento que chega à mesa. Quais deputados apoiam esse pacote da morte? “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Constituição 1988, Art. 225).

Percebe-se que a Constituição de 1988 tem importância para o meio ambiente, por tratá-lo como um bem comum a ser tutelado, voltado não somente ao desenvolvimento econômico, mas principalmente, a promover o bem-estar humano e de todos os seres vivos. A ecologia integral é uma

convergência na Economia de Francisco e Clara, na Sexta Semana Social Brasileira, no Pacto Global pela Educação e surgem interpelações que nos desafiam a pensar no direito à cidade, na economia com inclusão social a serviço da vida, na agroecologia que prioriza a produção de alimentos saudáveis, em uma sociedade justa e fraterna.

### EDUCAR NÃO É UM ATO ISOLADO

A educação é um direito da cidadania e dever do Estado. “Os pais são os primeiros, mas não os únicos, educadores dos seus filhos.” (TB. nº 60). Educar é encontro no qual todos são educadores e educandos. É tarefa da própria pessoa, da família, das redes sociais, da escola, da universidade, da igreja, das empresas, do Estado, dos movimentos sociais, ecológicos, feministas, dos partidos políticos, associações, sindicatos, enfim de toda a sociedade. Pensar um projeto de vida é ir além da projeção de uma carreira profissional. Um projeto de vida despertado pelos valores da fé e pelo compromisso com o bem comum terá incidência concreta na transformação da sociedade. Que projeto de Brasil e de sociedade queremos?

O bordão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” vem do medo ao comunismo no contexto do início da ditadura militar. A liturgia diz que Deus está no meio de nós. Assim os gestos e as palavras de Jesus, seu modo de educar, inspira e desperta o desejo de educar para o diálogo, para o belo e o verdadeiro, para o respeito à diversidade. “É pela

força da palavra de Deus que nasce um estilo de vida, que favorece o nascimento da cultura do encontro e da fraternidade como resposta a um processo educativo integral que forma e que gera pessoas disponíveis para o serviço ao próximo e a comunidade” (TB. 222). A evangelização educa quando promove o cuidado da vida e da casa comum.

### FRATERNIDADE E AMIZADE SOCIAL COMO CONTEXTOS EDUCATIVOS

“Viu, sentiu compaixão e cuidou dele” (Lc 10, 33-34). “Cuidar de nossos irmãos e irmãs significa cuidar do lar que compartilhamos. Esta responsabilidade é “essencial para uma vida de virtude” (LS 217). Educar é um ato de amor e de esperança no ser humano e com a natureza.

Educar par a vida em sociedade é construir pontes de solidariedade e canais de esperança. Educar é construir a verdadeira fraternidade, alicerçada na justiça e na paz. A posse individual de armas não combina com o evangelho e cria uma falsa sensação de segurança. Segurança é um direito da cidadania e dever do Estado. Que ninguém seja excluído de um caminho integral que humanize, promova vida e estabeleça relações de proximidade, conversão, justiça e paz. Nossa missão é reconstruir a vida, a escola, a igreja, a economia e a sociedade com saúde, moradia, terra e trabalho para todas as pessoas.

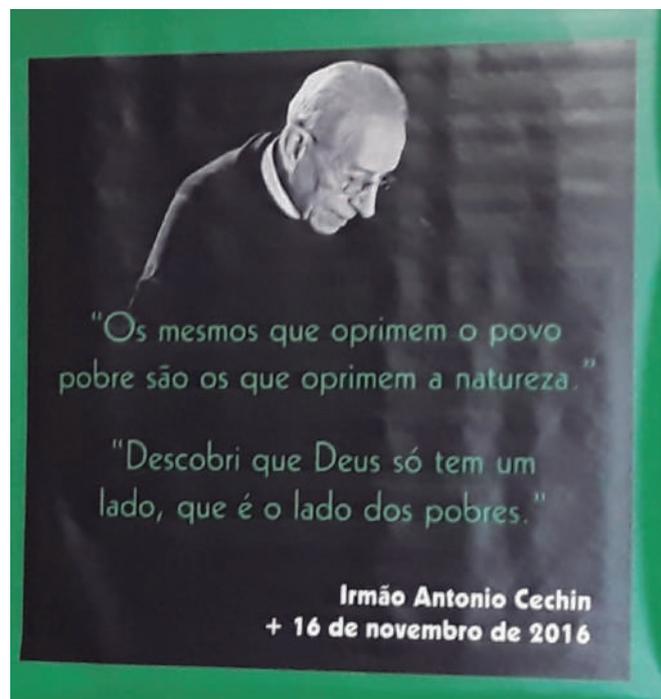
“A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza.” (Papa Francisco – LS 215). Portanto, priorizar a educação supõe empenho concreto que vai desde a família, povos e territórios, Estado, cidades educadoras que promovam políticas públicas de inclusão social, direitos, cuidado, sustentabilidade.

“É preciso educar para viver em comunhão. Educar para conceber a democracia como um estado de participação. Educar como ação esperançosa na capacidade de aprender do humano e de estabelecer relações mais fraternas em sociedade e com a natureza.” (TB, nº 57). Educar para um novo humanismo significa promover a cultura do encontro e do diálogo, globalizar a esperança e criar redes de cooperação (inclusão), superando ódios, discriminações, intolerâncias e desigualdades sociais.

### ECOLOGIA INTEGRAL; RESPOSTA AO GRITO DOS POBRES E DA TERRA

Que ações podemos promover? Pensar a ecologia integral, como resposta ao grito dos pobres e da terra, exige ações, políticas públicas, que assegurem o direito à cidade para todos, com atenção especial aos grupos vulneráveis, como populações de rua, refugiados, migrantes, crianças em risco, povos indígenas, quilombolas, na defesa da vida, da terra e das culturas. Outra ação refere-se ao cuidado de garantir o direito de acesso a água de qualidade para todos. Água não é mercadoria, é um bem público universal, patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos.

Pensar a ecologia integral desafia a promover economias circulares, protegendo a biodiversidade e priorizando o trabalho de cuidado e protegendo a dignidade dos trabalhadores. Nos desafia na adoção de energias renováveis e desinvestimento em combustíveis fósseis, na redução do desperdício e a reciclagem. Ecologia integral é garantir o direito ao alimento e adoção de hábitos alimentares sustentáveis (optando por uma dieta mais baseada em vegetais e reduzindo o consumo de carne). Ecologia integral é priorizar o uso de transporte público, mobilidade ativa (caminhar, andar de bicicleta), evitar itens de uso único (por exemplo, plástico, etc.).





## DIFERENTES LÍNGUAS, PORÉM A MESMA LINGUAGEM DO AMOR

Juliana de Oliveira Pokorski e Loreni Lucas Dos Santos Chagas

*Respectivamente, Secretária da Pastoral do Surdo  
e Vice-coordenadora dos Intérpretes Católicos da Regional Sul 3*



**A educação é um direito de todos os seres humanos, garantido pela Constituição Brasileira, assim como em diversos tratados e convenções internacionais. Entretanto, a garantia da efetividade do direito de todos ainda se constitui num enorme desafio das sociedades contemporâneas. O problema da falta de acesso à educação é a evidência de uma sociedade desigual em todos os sentidos.**

Uma sociedade minimamente democrática e civilizada passa por um processo de educação; com as pessoas surdas não é diferente.

A realidade atual da educação dos Surdos ainda apresenta resquícios de um processo de educação segregadora e excludente, cujo indivíduo surdo é visto a partir de sua deficiência e não de sua diferença linguística e cultural. Ou seja, a vida dos sujeitos surdos ainda está pautada por um processo de invisibilidade dentro da sociedade, igreja e família; convivem diariamente com a violação de seus direitos humanos mais básicos, sobretudo no que se refere ao direito à comunicação em qualquer instância onde o mesmo circula.

O reconhecimento da diferença surda implica em aceitar sua singularidade enquanto grupo cultural, da sua natureza visual e da sua língua, SEU JEITO DE SER SURDO. Ela pressupõe a construção de:

- Políticas educacionais pautadas no princípio da alteridade;
- Educação de qualidade;

➤ Criação de estruturas de acessibilidade na sociedade e na igreja;

➤ Educação bilíngue.

A Pastoral do Surdo, desde a sua fundação esteve vinculada à luta pelos direitos da comunidade surda que possibilitam que esses sujeitos se tornem protagonistas de si mesmos, tendo como centralidade o acesso e o respeito à língua de sinais, bem como a construção de sua identidade cultural para sua participação social e eclesial. A educação, vista aqui de um ponto de vista amplo, não somente restrita ao espaço escolar, é o campo no qual a língua de sinais se potencializa e se difunde e, com isso, fortalece as identidades e culturas surdas.

No Brasil como um todo, a Igreja Católica teve e ainda tem um importante papel na educação formal de crianças e jovens surdos. No Rio Grande do Sul, a Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, em Porto Alegre, já tem mais de sessenta anos de trabalho junto a esta comunidade, servindo como referência até mesmo para fora de nosso estado. É papel da Pastoral do Surdo estreitar o vínculo com essas instituições formais de Educação, criando parcerias que fortalecem tanto a Pastoral quanto a própria escola.

Para amar a Deus presente no Sagrado, no outro e em toda a Sua criação é preciso conhecê-Lo e, para a comunidade surda sinalizante, é necessário que esse conhecimento se dê através da troca entre pares linguísticos, através de uma língua plenamente acessível. Partindo da identidade visual da Campanha

da Fraternidade de 2022, compreendemos que o papel da Pastoral do Surdo, sobretudo depois desses dois últimos anos de distanciamentos, é de nos aproximarmos, retomarmos o contato mais próximo tão caro à comunidade surda que nem sempre encontra em seus lares o espaço de conforto linguístico necessário para dizer sobre si e compartilhar experiências. Com sabedoria, esta que se baseia no estudo em conjunto, traduzindo e debatendo, dos textos base, e de reflexões que possam complementar as leituras, é preciso buscar estratégias para ensinar com amor essa comunidade tantas vezes excluída, até mesmo dentro da nossa própria igreja.

Uma educação que pense o sujeito surdo de maneira integral precisa incluir a escola em seus alicerces, mas também deve “olhar a vida na sua singularidade”, tal como disse o padre Patriky Samuel Batista na vídeo aula 3 do ciclo de formação organizado pela CNBB. Olhar o sujeito surdo em sua singularidade é compreender que há outros modos de aprender, de participar, de interagir e se comunicar, e respeitar essa diferença, nos aproximarmos dela com as nossas próprias singularidades, é um primeiro e essencial passo.

A intenção de Jesus Cristo como educador junto ao povo era que o mesmo se libertasse da ignorância e lutasse pela justiça como filhos e filhas de Deus, membros de uma comunidade; usava uma estratégia metodológica muito didática e linguagem que qualquer pessoa do povo simples entendia. Sua atividade educadora era pautada pelo respeito às diferenças dos sujeitos. Ele se aproximava do povo, o acolhia em sua fragilidade e acreditava na sua capacidade.

Da mesma forma, a Pastoral do Surdo se propõe a ser um instrumento de Deus para que as pessoas Surdas possam se constituir como sujeitos de sua própria vida.

Falar sobre a temática da educação dos Surdos significa defender e construir espaços de aprendizagem desde a família, escola e sociedade cuja centralidade está na vivência nos princípios da vida cristã, ensinados por Jesus Cristo.



Sendo assim, a Pastoral do Surdo é um espaço de formação de lideranças, cujo papel diante da comunidade contribui para a construção do Reino de Deus e a história apresenta um cenário de grandes desafios em assumir este lugar de fala que testemunha comunhão comprometida, atualização de linguagens, comunicação acessível e acolhedora àqueles e aquelas que falam de Deus numa forma diferente e tão profunda. O Papa Francisco pede que a Igreja seja e esteja em movimento de saída e a Comunidade é um destes espaços privilegiados para novos aprendizados e renovação da fé, enraizada na Palavra e na vida do Povo de Deus. Este é o caminho mais empolgante para qualquer processo educacional!



# POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA É EDUCAÇÃO: UMA AÇÃO REDENTORA

Elton Bozzetto

Coordenador da Pastoral do Povo de Rua - Arquidiocese de Porto Alegre



O Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua define este público como: “o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Art. 1, parágrafo único).

Embora no século XX tenham sido sistematizadas as maiores formulações acadêmicas e científicas sobre o tema, esta é uma realidade que consta nos registros desde o Século XIV, que se formava nos lugarejos e nas primeiras cidades da Europa.

## MUDANÇA CONCEITUAL

Na história recente há uma ruptura importante. O Professor Renato Farias (UFRGS) salienta que a terminologia “morador de rua” passou por uma transformação conceitual significativa com a adoção da definição “pessoas em situação de rua” e/ou “população em situação de rua”. Passa a ser adotada a compreensão da situacionalidade da experiência nas ruas e a combater os processos de estigmatização dessa população. Esta realidade passa a ser compreendida que habitar na rua é uma forma de vida possível, e não somente uma falta, uma carência, ou mesmo pessoas vitimadas por uma

condição econômica.

O artigo 7º do Decreto que institui a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua (2009) define que o fator determinante que provoca a “situação de rua” é o enfraquecimento de vínculos familiares que tendem a fazer com que os indivíduos se tornem pessoas em situação de vulnerabilidade (artigo 1º, parágrafo único). O texto legal surge com o intuito de fomentar ações para o restabelecimento desses laços familiares.

O Decreto nº 7.053, que regulamentou a Política Nacional, propõe no inciso IX a “implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional”.

A Política Nacional estabelece diretrizes que propõem a reabilitação dos vínculos dessa população junto aos seus familiares e comunidade, gerando acesso a oportunidades, desenvolvimento social pleno e garantia dos direitos do cidadão. Essa condição está prevista na Lei Orgânica da Assistência Social aprovada no ano de 1993 pelo Congresso Nacional, na qual reconhece – nos artigos 203 e 204 – a “Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais”.

## CAUSAS GERADORAS

Entre os principais fatores que podem levar as pessoas a morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido,

desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental.

Apesar da implementação de alguns programas sociais, poucas políticas públicas são desenvolvidas para superar essa condição. As Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Instituições Religiosas se destacam nos serviços de amparo a essas pessoas, atuando na distribuição de alimentos, roupas e cobertores. Outro trabalho de assistência são os abrigos temporários e os albergues que, de um modo geral, são considerados insuficientes para suprir a demanda dessa população.

O desinteresse do Estado influencia diretamente no comportamento da sociedade, haja visto que os moradores de rua são tratados, ora com compaixão, ora com repressão, preconceito, indiferença e violência. Neste contexto, há um clamor para que as políticas públicas atuem nas causas geradoras, não somente em serviços emergenciais de distribuição de alimentos e outros objetos, proporcionando relativa dignidade a esses habitantes.

### EDUCAÇÃO

Neste universo, a educação tem uma dupla perspectiva complementar e intersetorial: realizar os processos educativos junto à população de rua, mas também processar uma nova compreensão da sociedade para esta realidade e suas causas geradoras.

Salientam estudos científicos e acadêmicos que a educação popular de rua, estritamente, contribui nos processos de ressignificação de vida da população em situação de rua. Por isso, criar alternativas para superar a realidade desse público é um processo desafiador, porque não está institucionalizada e deve ser orientada no enfoque da realidade e na perspectiva histórica do educando. A educação popular para as pessoas em situação de rua consiste no envolvimento desses cidadãos no processo de construção do exercício da cidadania ativa, ocupação do espaço público e empenho pelos seus direitos humanos. Portanto, ela não se restringe à transmissão de conhecimentos técnicos e teóricos, mas deve também valorizar os princípios individuais.

O pedagogo Antoni Petrus destaca que a concepção pedagógica contribui para que essa população desenvolva um olhar crítico, estimulando o diálogo e uma leitura da realidade social, política e econômica, que possibilita a saída do “educando” das ruas, com a (re)inserção na sociedade, de forma a exercer adequadamente sua cidadania. Mais: “a educação não é o único fator de superação desta realidade, nem a solução plena, mas constitui uma intervenção, que agindo de forma hábil, flexível e dinâmica promove a ressignificação de suas vidas”.

Nesta perspectiva, o artigo 1º da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (1996) amplia o conceito de educação para além dos espaços da escola, enfatizando que a educação também acontece na família, na convivência humana, nos movimentos sociais. Portanto, em toda parte, seja de forma intencional ou não.

Terá papel fundamental neste cenário o educador social. Na concepção de Paulo Freire, a metodologia do educador social está pautada no diálogo. “Esse trabalho consiste em estar atento a

cada palavra, sabendo ouvir o educando, analisando cada gesto linguístico, deixando-o dizer e fazer o mundo”. É preciso lembrar que não basta apenas competência técnica, é fundamental a solidariedade humana e compromisso com o educando, uma vez que a busca sempre é que o educando seja um sujeito de direitos e que pratique sua cidadania.

### SUPERAÇÃO

A possibilidade efetiva de saída da rua não se restringe à oferta isolada de moradia, mas sim de um trabalho socioassistencial de qualidade, resguardados pela legislação vigente, oferecido pelos centros especializados e com foco no resgate de princípios e valores da dignidade da pessoa humana.

Petrus acrescenta que a educação de rua se dá com a harmonização aos direitos humanos, fundamentada em métodos que assegurem a compreensão da realidade dos indivíduos e a mudança que contemple uma perspectiva de vida melhor. Na atuação do educador social, a conscientização e a libertação são ferramentas preponderantes, pois vislumbram uma emancipação ética, política e econômica, possibilitando a essa população o direito essencial de dignidade humana, fazendo com que os indivíduos se sintam incluídos, pertencentes à sua sociedade.

### QUESTÃO PASTORAL

Na sessão de planejamento para 2022, a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Porto Alegre definiu que para este exercício a ação pastoral deve fortalecer uma ação que privilegie os processos de uma sociedade inclusiva. Neste sentido, a ação deve considerar a dupla dimensão dos processos educativos: a) potencializar as perspectivas da população em situação de rua; b) interagir com a sociedade para a superação da estigmatização expressa no preconceito e na discriminação desta população.

Uma segunda prioridade é a atuação na garantia de direitos, envolvendo a população em situação de rua numa ação educativa, incluindo trabalho, renda e acesso aos serviços públicos, que se configuram numa estratégias de desenvolvimento para a população de rua.

Por fim, a Pastoral pretende atuar nas causas geradoras da população de rua com políticas públicas de equipamentos e serviços nas comunidades. Quando se refere a políticas públicas, compreende uma ação paritária com o estado para fortalecer, ampliar e aprimorar projetos e serviços já existentes, inclusive os projetos educacionais.

A formulação de uma ação educativa impõe alguns pressupostos e competências importantes como empatia, capacidade de diálogo, qualificação técnica, conhecimento da política pública, embasamento legal e articulação com os órgãos gestores, para que a vital ação emergencial não seja o ápice da ação, mas a porta de entrada para ressignificação de vidas.

Em suma: a educação da população em situação de rua é a estratégia direcionada para a emancipação, a autonomia, a garantia de direitos e o desenvolvimento integral, que assegure a superação dessa condição, tornando as pessoas sujeitos de sua própria elevação.



## CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2022: DIÁLOGO COM A PASTORAL AFRO

Pe. Wilfrido Mosquera

Assessor da Pastoral Afro-brasileira do RS



As nossas lutas por uma educação para as relações étnico raciais (ERER) na implementação da história e cultura africanas e afro-brasileiras nas escolas e sociedade em geral, são atos de resistência. Ressalta-se que o preconceito e a discriminação sofridas pelos negros e afrodescendentes, são algumas das consequências advindas da ignorância, da intolerância e do desrespeito. A falta de conhecimento da história da formação do povo brasileiro e a perpetuação das relações onde os negros são inferiorizados pela sua raça/cor, evidenciam um processo de desvalorização com menores possibilidades de acesso nos mais diferentes setores da sociedade (educação e cultura, saúde, trabalho, moradia...), lembrando que estamos no sul do país, em região de predominante colonização europeia (italiana, alemã e polonesa), onde concretizam-se ainda mais as desigualdades.

Em cada uma das ações realizadas pela Pastoral Afro, reafirma-se o compromisso na busca de maior igualdade e de transformações sociais, na persistência pela preservação da memória e da cultura do povo negro. Nos últimos anos, a caminhada realizou inúmeras ações envolvendo visitas, encontros, seminários e mutirões, estabelecendo parcerias no sentido de ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a história dos afrodescendentes e a história da África, previstos nas Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 (artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Tais ações, contribuem para um maior reconhecimento e

respeito às culturas africana e afro-brasileira por parte de toda a sociedade; desenvolvem estratégias afirmativas para o enfrentamento do preconceito e da discriminação; planejam e vivenciam ações educativas, sociais e culturais que estabelecem relação entre o referencial teórico (através de discussões e leituras) e o universo de cada um e as suas realidades.

Segue breve relato de um evento promovido no ano de 2019 por iniciativa da Comunidade Matriz (pároco e comissão), onde ocorreu o I Seminário da Pastoral Afro de São Lourenço do Sul a fim de celebrar a Semana da Consciência Negra, do qual tive a honra de participar como palestrante, o referido evento constituiu-se em um enorme desafio e rica experiência educativa de compartilhar o ensinar e o aprender. Foram firmadas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação; Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG). As discussões tiveram foco nas diferentes questões vividas pelo povo negro e afrodescendente, nos processos históricos de discriminação e racismo que ocorrem em nosso país. Desse modo, a pastoral buscou sensibilizar os setores públicos e privados no engajamento e mobilização de uma grande ação conjunta com o principal objetivo de capacitar professores, educadores, integrantes de movimentos sociais, profissionais da saúde, do meio ambiente, bem como a comunidade em geral.

A organização do seminário foi um grande desafio de trabalho coletivo e soma de esforços. Vivenciou-se riquíssimas abordagens com as

palestras sobre educação – a respeito da Lei 10639, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Cinco anos mais tarde a lei 11645 instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena; saúde da população negra, com enfoque no Racismo Institucional como determinante e condicionante social: fatores de desigualdade e violência e religiosidade afro – história e significado. No encontro também foram realizadas oficinas, rodas de conversa, troca de materiais, exibição de documentários, visita à comunidade quilombola da região, apresentações culturais, realização da missa inculturada (com elementos da cultura afro-brasileira em memória da história e cultura do povo negro); ocorreu também a Feira da Economia Solidária, Feira Quilombola, Feira de Artesanato, Feira da Agricultura Familiar, brechós e troca de livros e jantar de confraternização.



O encontro em São Lourenço do Sul oportunizou a todos os participantes vivenciarem uma proposta de intervenção com a construção de projeto/atividades para a educação das relações étnico-raciais (ERER), considerando os valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros: memória, ludicidade, oralidade, corporeidade, religiosidade, circularidade, musicalidade, ancestralidade, cooperativismo, comunitarismo e axé. Acredita-se em processos educativos que ocorrem além dos espaços escolares e acadêmicos, em conhecimentos e saberes formais e informais, no respeito a ancestralidade e a preservação da memória, nas trocas coletivas e colaborativas baseadas nos princípios de igualdade e de justiça, de afeto e esperança em tempos de mais humanidade. Sobretudo acredita-se na educação como forma de reconhecer e reivindicar direitos por melhores condições de vida. Assim, compreende-se a educação como ferramenta de transformação social que passa pelas experiências de cada um e de todos.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v.134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acesso em: 12/02/2022.

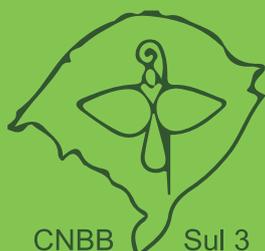
\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Brasileira e Indígena". Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007/2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 12/02/2022.

Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora | Regional CNBB Sul 3

# EDUCAR PARA O AMOR TRANSFORMADOR

Fraternidade e Educação

*A Dimensão Social transformadora em reflexão  
sobre a Campanha da Fraternidade 2022*



Rua Duque de Caxias 805, Centro Histórico  
Porto Alegre-RS  
Fone/Fax: (51) 3226.8387  
executivo@cnbbsul3.org.br | [www.cnbbsul3.org.br](http://www.cnbbsul3.org.br)

